



Cuba e a dependência externa: passado e presente

Joana Salém Vasconcelos¹

Resumo

Este artigo busca contribuir com a análise da atual situação histórica de Cuba diante das possibilidades criadas pela abertura de diálogo com os Estados Unidos em dezembro de 2014. Sendo a dependência externa uma marca persistente na história da ilha, serão caracterizados os principais momentos de suas relações econômicas internacionais de 1902 até hoje. Sem pretender encontrar respostas automáticas sobre o futuro, o traçado de tal trajetória busca subsidiar a compreensão diacrônica do presente ao apontar os padrões de inserção externa do país ao longo de sua história.

Palavras-chave: Cuba; história econômica; dependência externa; EUA; URSS.

Cuba y la dependencia externa: pasado y presente

Resumen

Este artículo intenta contribuir con el análisis de la actual situación histórica de Cuba frente las posibilidades creadas por la apertura del diálogo con los Estado Unidos en diciembre de 2014. Siendo la dependencia externa una marca persistente en la historia de la isla, serán caracterizados los principales momentos de sus relaciones económicas internacionales de 1902 hasta hoy. Sin pretender encontrar respuestas automáticas sobre el futuro, la recomposición de tal trayectoria intenta subsidiar la comprensión diacrónica del presente, al registrar los padrones de inserción externa del país al largo de su historia.

Palabras-clave: Cuba; historia económica; dependencia externa; EUA; URSS.

Cuba and the external dependence: past and present

Summary

This article seeks to contribute to the analysis of the current historical situation of Cuba and the possibilities created by the dialogue opened with the United States in December 2014. As a persistent external dependence marks the island's history, will be characterized the main moments in their international economic relations from 1902 until today. Without intending to find automatic responses about the future, trace this trajectory intends to subsidize the

¹ Formada em História na USP, Mestra em Desenvolvimento Econômico pelo IE/UNICAMP, e doutoranda em História Econômica pela USP. Pesquisa História Econômica da América Latina, particularmente a questão das reformas agrárias, os dilemas da dependência e da transição socialista.

diachronic understanding of the present by pointing the standards of external insertion of the country throughout its history.

Key-words: Cuba; economic history; external dependence; USA; USSR.

Lo primero que hace un pueblo para llegar a dominar a otro, es separarlo de los demás pueblos. (José Martí, 1891)

Si difícil es alistarse para una eventual guerra, mucho más lo es para una súbita declaración de paz. (Carlos Alzugaray Treto, 2015)

1. Introdução

O anúncio da retomada das relações diplomáticas entre Cuba e Estados Unidos, feito simultaneamente por Raul Castro e Barack Obama em 17 de dezembro de 2014, gerou sentimentos contraditórios e muitas dúvidas sobre o futuro econômico e político da ilha. Durante 54 anos, o governo cubano, movimentos sociais do mundo e a até mesmo a ONU denunciaram os sacrifícios que o isolamento forçado impunha à população isleña. Uma campanha permanente contra o bloqueio se instalou no dia-a-dia das esquerdas latino-americanas de 1960 até hoje. Com o transcorrer das décadas, o tema foi se petrificando, se convertendo em uma espécie de “denúncia perpétua” contra as práticas imperialistas. No entanto, ultimamente pouco se falava sobre o que poderia ocorrer *de fato* com a retomada das relações comerciais Cuba-EUA, sobre seus termos concretos e correlações de forças.

Diante dos fatos, uma pergunta capital surgiu nos debates públicos: como, afinal, o contato econômico entre uma das maiores potências capitalistas do planeta e a última ilha socialista do século XXI poderia concretamente beneficiar a população cubana, sem lhe sequestrar as reconhecidas conquistas sociais ou dilapidar o igualitarismo?

O presente artigo busca criar subsídios para uma reflexão e interpretação desse tema. Nesse sentido, a possibilidade de distensão entre Cuba e Estados Unidos no século XXI torna relevante uma análise histórica da dependência externa cubana e seus sucessivos padrões de inserção na economia mundial. Não porque tais padrões se repetiriam de modo automático na atual conjuntura, mas porque, ao revelar seus traços estruturantes, o olhar diacrônico aponta para significados e possibilidades contemporâneas, criando bases para uma história do presente.

Nas considerações finais, buscaremos caracterizar a dependência externa cubana atual à

luz dos seus padrões históricos, considerando elementos das atuais reformas econômicas, que flexibilizam o excedente privado e buscam atrair investimento estrangeiro na ilha.

2. Cuba e Estados Unidos: a condição neocolonial

Por suas limitações geográficas, Cuba nunca foi e nunca poderia ser uma autarquia. Contudo, foi um país que sofreu com particular intensidade os dissabores do capitalismo dependente (Fernandes, 2007). Na passagem da colonização castelhana para o domínio estadunidense, poucos se arriscam a dizer que houve um “processo de independência”. Intervenções militares externas constantes e tratados comerciais desequilibrados revelavam uma pesada herança colonial em pleno século XX. Entre 1902 e 1958, o controle estadunidense sobre a economia cubana talvez tenha sido um dos casos mais axiomáticos do neocolonialismo da história latino-americana.

O domínio dos grandes investidores dos Estados Unidos sobre a economia cubana teve início na ocupação militar de 1898 a 1902. As primeiras medidas do interventor militar Leonard Wood foram recolher as armas do Exército Libertador cubano, criar uma Polícia Nacional comandada pelo chefe de polícia de Nova York e instituir a Guarda Rural para conter rebeliões camponesas. Em seguida, a Ordem Militar nº 62 abriu caminho para que grandes grupos empresariais dos Estados Unidos se apossassem de enormes extensões de terra. A desocupação militar da ilha foi negociada em 1902 por meio da famosa Emenda Platt, redigida por Elihu Root (Secretário de Estado do presidente McKinley) e apresentada ao Congresso dos Estados Unidos pelo Senador Orville H. Platt. Ela determinava que: 1) Cuba reconheceria o direito dos Estados Unidos a intervir militarmente em seus assuntos internos; 2) Cuba forneceria territórios para bases navais e carvoeiras dos Estados Unidos, o que originou a Base de Guatánamo; 3) Cuba não celebraria tratados com nenhum outro poder estrangeiro e não autorizaria que outros estrangeiros obtivessem territórios da ilha; 4) o texto seria aprovado como emenda constitucional cubana como condição para a retirada militar estadunidense (Pino-Santos, 1983, p. 291).

O recém-formado parlamento cubano de fato aprovou a Emenda Platt, com apoio das associações da classe proprietária como o *Círculo de Hacendados*, a *Unión de Fabricantes de Tabacos*, o *Centro de Comerciantes*, as *Sociedades Económicas de Amigos del País*, entre outros. A oposição de Manuel Sanguily, parlamentar que denunciou a violação da soberania cubana e desde então propôs a nacionalização da terra, foi amplamente derrotada. Em troca, os Estados Unidos retiraram suas tropas de Cuba em 20 de maio de 1902 (Pino-Santos, 1983,

p. 291-295).

Na sequência, foi assinado o Tratado de Reciprocidade de 1902. Ele determinava que 530 produtos dos Estados Unidos obtivessem entrada preferencial em Cuba, descontando entre 20% a 40% das tarifas (Pino-Santos, 1983, p. 442). Em troca, Cuba obteve entrada preferencial de um punhado de produtos, destacadamente açúcar e tabaco. O Tratado também impedia que Cuba se relacionasse com outros países de modo preferencial, transformando-a em uma espécie de protetorado comercial dos Estados Unidos, sob a ameaça permanente de nova ocupação militar - que foi concretizada em no mínimo cinco ocasiões (Pino-Santos, 1983, pp. 308-10).

Outro episódio relevante da relação econômica entre Cuba e Estados Unidos ficou conhecido como “dança dos milhões”. Entre 1918 e 1919, o setor açucareiro cubano foi expropriado pelos bancos dos Estados Unidos como consequência de um processo especulativo sem precedentes. Um falso anúncio de desabastecimento de açúcar nos Estados Unidos, alardeado em importantes veículos da imprensa, gerou uma rápida alta no mercado. Entre fevereiro e maio de 1919, os preços do açúcar subiram de 9 centavos de dólar a libra para 23, com apostas chegando a 50 centavos de dólar. Eufóricos, os proprietários cubanos se comprometeram com empréstimos de alto risco. Em dezembro, porém, a ilusão se desfez e os preços despencaram para 3 centavos. Na verdade, os preços internacionais mostravam forte tendência de queda devido à produção crescente de açúcar de beterraba e cana dos Estados Unidos e à retomada das indústrias europeias no pós-guerra. Essa dança dos milhões endividou escandalosamente os latifundiários cubanos, justo quando 100% da safra era vendida aos Estados Unidos. Da noite para o dia, o *The National City Bank* da família Rockefeller tomou posse de dez grandes usinas açucareiras hipotecadas. Em 1923, a ofensiva Rockefeller já havia conquistado o controle de 25% da safra do país. Enfim, em 1924, 60% do sistema bancário cubano pertencia a empresas estadunidenses (Pino-Santos, 1983, pp. 396, 407, 412; Le-Riverend, 1979, p. 222, 247; Lecuona, 2009, p. 32, 243).

Entre as crises de 1920 e de 1929 houve uma retração mundial da demanda de açúcar no mundo, socialmente catastrófica para Cuba, impedida de diversificar-se pelo Tratado de Reciprocidade que, de certa forma, funcionou como um “bloqueio antes do bloqueio”. A ilha permaneceu refém de uma única mercadoria de exportação, que sofria crise de demanda e expansão da concorrência. Como contraponto, veio então uma onda regulacionista no mercado mundial de açúcar, com a criação de blocos preferenciais. Para estabilizar os preços, em 1926, o governo cubano impôs por meio da Lei Verdeja uma redução compulsória da safra em 10%. No ano seguinte, a Conferência Açucareira de Paris restringiu a safra cubana a 4

milhões de toneladas (Lecuona, 2009, p. 227).

Em 1934, a conjuntura regulacionista impulsionou uma nova edição do Tratado de Reciprocidade, bem como a aprovação da Lei Costigan-Jones no Congresso dos Estados Unidos, medidas que aprofundaram a dependência cubana. Como sintetizou Juan Noyola:

No ano de 1934, quando todos os países da América Latina estavam subindo suas tarifas, Cuba, em troca de obter uma cota no mercado açucareiro norte-americano e de conseguir um desconto tarifário, abaixou suas tarifas e assim cortou suas próprias asas para o crescimento industrial. Isto é, o futuro do crescimento da economia cubana se conectou novamente ao açúcar e não se fez nenhuma tentativa para diversificar, para transformar a estrutura da economia (1978, p. 58).

O Tratado de Reciprocidade de 1934 elevava o teto do desconto tarifário dos produtos estadunidenses em Cuba para 60% e ampliava a quantidade de produtos sobre os quais incidiam as maiores desonerações². No total, o Tratado de 1934 favorecia 550 produtos estadunidenses em troca de cerca de 20 produtos cubanos, entre eles o açúcar com redução de 40%; o rum com redução de 37,5% e o tabaco com redução de 21% em relação às tarifas gerais (Pericás, 2004, p. 28; Lecuona, 2009, p. 192).

Já a Lei Costigan-Jones estabeleceu a cota de 24,9% do mercado estadunidense para o açúcar cubano, equivalente ao consumo médio do período entre 1929 e 1933 (Pericás, 2004, p. 28). Tal período, porém, correspondia ao menor consumo de açúcar cubano nos Estados Unidos do século: no início dos anos 1920, o açúcar cubano havia ocupado 50% do mercado. Além disso, em 1937 o Congresso dos Estados Unidos definiu que apenas 1% do açúcar cubano comprado poderia ser refinado na ilha, ampliando ainda mais a capacidade ociosa da indústria. Junto com a renovação do Tratado de Reciprocidade houve a abolição da Emenda Platt, alvejada por rebeliões de trabalhadores e estudantes que acabaram por derrubar o governo Gerardo Machado em 1933. Mas o controle da produção açucareira desenvolvido pelos Estados Unidos já dispensava esforços militares (Lecuona, 2009, p. 157, 227; Le-Riverend, 1979, pp. 246-7; Acosta, 1973, p. 70).

Enfim, em 1958 as propriedades estadunidenses em Cuba representavam nada menos que 40% da produção açucareira, 90% dos serviços de eletricidade e telefonia, 50% das ferrovias e 23% das indústrias não açucareiras (JUCEPLAN apud CEPAL, 1980, p. 14). Por tudo isso, o historiador cubano Julio Le-Riverend apelidou Cuba de *republica intervenida*

² No Tratado de Reciprocidade de 1902, dos 530 produtos dos Estados Unidos com tarifas preferenciais em Cuba, 48% tinham o desconto de 20%, e apenas 0,6% tinha o desconto máximo de 40% (Pino-Santos, 1983, p. 442). Já no Tratado de 1934, a proporção de produtos com descontos maiores cresceu: mais de 78% dos produtos teriam descontos maiores que 30%, sendo que destes 32% teriam desconto de 40% (Pino-Santos, 1983, p. 475).

(1979). E Florestan Fernandes a definiu como “um apêndice segmentar e especializado dos Estados Unidos” (2007, p. 73). Esta trajetória ajuda a explicar porque os Estados Unidos nunca aceitaram a soberania nacional cubana conquistada com a revolução, que além de lhes conferir uma derrota moral, gerou a perda de um importante horizonte especulativo.

3. Crise da inserção neocolonial

Quando o bloqueio econômico dos Estados Unidos começou em dezembro de 1960, em resposta às nacionalizações de todas as propriedades estadunidenses da ilha, 3 milhões de toneladas de açúcar cubano ficaram sem destino, o que correspondia a 51% da safra daquele ano (Barkin, 1978, pp. 128-9; Rodríguez, 1983, p. 469). No ano anterior, das 5 milhões de toneladas de açúcar exportadas de Cuba, 60% se destinaram aos Estados Unidos (CEPAL, 1964, p. 274; Aranda, 1968, p. 65). Esta inserção correspondia ao padrão histórico reproduzido pelos Tratados Preferenciais de 1902, 1934 e 1947. Ao mesmo tempo, 69,6% das importações cubanas de 1958 foram obtidas dos Estados Unidos. Em 1960, tais importações ainda ocuparam 48,5% das compras da ilha. Com a radicalização econômica da revolução, o bloqueio completo deflagrou uma crise da inserção neocolonial de Cuba.

Já em fevereiro de 1960, Cuba havia assinado seu primeiro convênio comercial com a União Soviética, através do qual os soviéticos se comprometeram a comprar 425 mil toneladas de açúcar cubano em 1960 mais 1 milhão de toneladas anuais entre 1961 e 1965 a preços do mercado mundial e conceder 100 milhões de dólares em créditos com vencimentos de 12 anos e 2,5% de juros ao ano, que deveriam ser destinados à compra de equipamentos e assistência técnica (García, 1987, p. 232). Além disso, o petróleo soviético seria vendido a preços 30% mais baratos que o petróleo cartelizado do bloco capitalista (Noyola, 1978, p. 124). A partir de dezembro de 1960, porém, este convênio já não era suficiente para proteger a economia cubana do impacto.

Entre 1960 e 1963, o bloqueio se aprofundou e se disseminou para outros países por meio do *Foreign Assistance Act* (Pericás, 2004, p. 42). O isolamento de Cuba executado pelos Estados Unidos foi uma política que colocou em crise a inserção neocolonial, precisamente com o objetivo de restaurá-la o mais rápido possível. Da mesma forma que dezenas de milhares de grandes proprietários cubanos fugiram para Miami, “com a convicção, expressada ao chegar lá, de que, poucas semanas depois, a derrota da Revolução lhes devolveria suas fábricas em pleno funcionamento” (Rodríguez, 1978, p. 128), possivelmente o governo dos Estados Unidos acreditava na provisoriamente da sanção.

A inexistência de uma alternativa estável à crise da inserção neocolonial gerou um ambiente de profunda insegurança das trocas internacionais. O bloco soviético logo se prontificou como substituto. Em 1961, 72% do açúcar exportado se direcionou para países de economia centralmente planificada (CEPAL, 1964, p. 274). A crise da inserção neocolonial e a guinada ao bloco soviético pode ser visualizada nos **Gráficos 1 e 2**³.

GRÁFICO 1 - Exportações cubanas por país de destino (1958 -1970) (%)

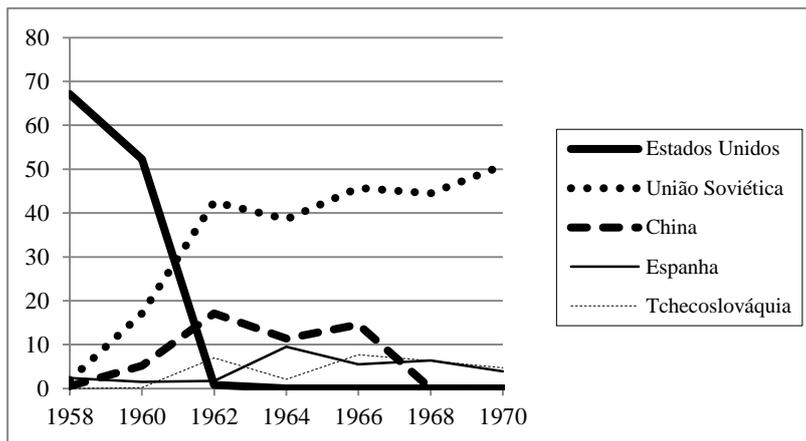
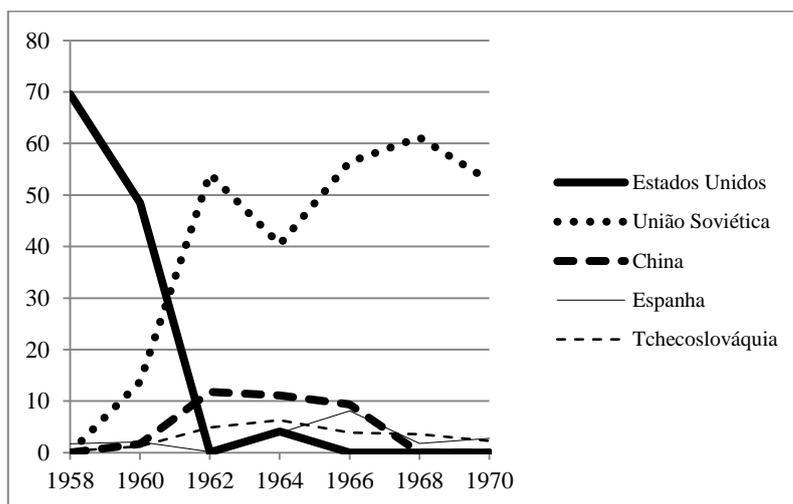


GRÁFICO 2 - Importações cubanas por país de origem (1958-1970) (%)



³ Os dados de Barkin (1973, pp. 134-5) para 1958-1963 coincidem com o relatório da CEPAL (1964, pp. 280-1), diferindo apenas em pequenas nuances. A América Latina não foi incluída porque possuía participação residual no comércio exterior cubano. O bloqueio do petróleo venezuelano, sozinho, reduziu em 75% as importações cubanas da América Latina entre 1958 e 1962. As exportações cubanas para Espanha apresentam crescimento entre 1962 e 1963 porque Cuba firmou acordos com o país para venda de açúcar em 1963, bem como para França e Reino Unido (CEPAL, 1964, p. 277).

Os cubanos tiveram de buscar outras fontes importadoras e criar condições imediatas para produzir internamente o indispensável (Barkin, 1973, pp. 134-5). Os alimentos, por exemplo, ocupavam quase 30% da pauta de importações cubanas (CEPAL, 1964, p. 285; Rodríguez, 1978, p. 29). Além disto, mais de 50% dos insumos agrícolas eram importados, incluindo 80% das máquinas e fertilizantes (Rodríguez, 1969, p. 29). Foi criada uma situação de insegurança alimentar, justamente quando a forte redistribuição de renda havia rapidamente ampliado a demanda interna, desencadeando um grave desequilíbrio. Teve início então uma política de substituição de importações alimentares através de uma diversificação agrícola emergencial, nada planejada e com forte tendência à fragmentação, dando origem a uma situação agrária *sui generis*.

A alternativa à crise foi sinalizada em dezembro de 1963. No mesmo mês em que o bloqueio alcançou sua forma mais completa, foi assinado o segundo convênio entre Cuba e União Soviética, por meio do qual, os soviéticos se comprometeram a comprar, entre 1965 e 1970, um total de 24,1 milhões de toneladas de açúcar em sete anos, a 6,11 centavos de dólar a libra, escalonados como mostra a **Tabela 1**.

Tabela 1 - Convênio Cuba-URSS: plano de compra soviética de açúcar cubano (toneladas métricas)	
1964	2,1
1965	3,0
1966	4,0
1967	5,0
1968	5,0
1969	5,0
1970	5,0
Total	24,1
Fonte: Gutelman, 1975, p. 233	

Além disso, a China havia se comprometido a comprar 1 milhão de toneladas de açúcar cubano em 1970 a 6 centavos de dólar a libra, ampliando sua participação de modo gradual a cada ano até atingir o acordo⁴ (Dumont, 1970, p. 218). O convênio deu continuidade ao trato estabelecido em 1960, segundo o qual 20% das trocas seriam feitas em divisas conversíveis e os outros 80%, diretamente em mercadorias soviéticas, sobretudo petróleo (Pericás, 2004, p.

⁴ Em 1964, o preço do açúcar no mercado livre mundial variou entre 5,77 e 5,82 centavos de dólar a libra. Em seguida houve uma queda, atingindo 1,80 em 1966 e 1,90 em 1968, enquanto o preço soviético se manteve (Ramos, 2007, p. 577).

40).

Além do risco de desabastecimento alimentar, uma das principais dificuldades vividas por Cuba durante a crise da inserção neocolonial decorreu da dependência tecnológica. Este problema foi persistente ao longo das décadas e repercute duramente na situação atual.

4. Dependência tecnológica

Um dos mais duradouros prejuízos que o bloqueio estadunidense impôs a Cuba foi a constrição da base tecnológica necessária ao seu desenvolvimento econômico. Ao contrário do que prognosticara Karl Marx no século XIX, as revoluções socialistas do século XX foram fenômenos das periferias capitalistas, o que tornou os processos de transição adversos e sacrificantes. Ao lhe obstruir fontes de tecnologia e energia, a política de isolamento da ilha iniciada por John F. Kennedy foi um dos maiores entraves ao desenvolvimento de uma economia socialista de maior produtividade.

Partindo de uma estrutura produtiva heterogênea e excessivamente especializada na monocultura canavieira, a revolução cubana se propôs a edificar, a um único movimento, uma sociedade que eliminasse a exploração coercitiva do trabalho e projetasse um salto das forças produtivas. Para isso, a tecnologia era o fator histórico chave, que prometia emancipar o ser humano do trabalho manual pesado e concomitantemente aumentar a produtividade. Mas a dependência tecnológica cubana constituiu um dos maiores obstáculos à superação de uma estrutura produtiva inadequada às tarefas da revolução⁵.

Logo nos primeiros anos de bloqueio, a indústria cubana de matriz estadunidense sofreu um dramático desabastecimento de peças de reposição. Diante das dificuldades, surgiram tentativas de autonomia tecnológica, seja na indústria química, seja no desenho de máquinas por técnicos cubanos (Noyola, 1978, pp. 128-9).

As primeiras iniciativas foram realizadas no setor de peças de reposição. Em 1960, o governo cubano criou um sistema de emulação formado por inúmeros Comitês de Peças, organismos presentes em cada unidade industrial, cujo objetivo era a solução criativa dos percalços técnicos gerados pela escassez das peças de reposição. Em nível nacional, fundou-se um Comitê Superior de Peças de Reposição. No mesmo ano, o governo cubano lançou uma campanha chamada “Construa sua própria máquina”, para que equipes de trabalhadores se empenhassem no redesenho e adaptação de máquinas importadas em funcionamento na ilha.

⁵ Para uma abordagem teórico-histórica da dependência tecnológica na América Latina, ver Furtado, 1981, 1994.

A Confederação de Trabalhadores Cubanos (CTC) foi bastante ativa na campanha e nos incentivos aos operários, para que cada um se convertesse em uma espécie de mecânico experimental (Pericás, 2004, pp. 82-3). Apesar de cumprir um papel emergencial no conserto de algumas máquinas e um papel político no engajamento criativo dos trabalhadores, evidentemente, a medida era tão precária e artesanal que nunca poderia dar conta dos enormes desafios tecnológicos do desenvolvimento cubano⁶.

As necessidades de tecnologia estrangeira foram se ampliando para muito além da reposição das peças, conforme se expandia a demanda interna e se adotavam novas metas produtivas em todos os setores, especialmente o agropecuário. A fuga de profissionais técnicos agravava o problema⁷. O tropeço mais emblemático decorrente da insuficiência tecnológica foi a safra de 1970, famosa pela inatingível meta de 10 milhões de toneladas de açúcar. A meta exigia uma capacidade produtiva muito superior à mera reposição e manutenção da base já existente. Mesmo porque, com exceção do uso de alguns tratores, as plantações canavieiras se baseavam, até então, no predomínio absoluto do trabalho manual (Edquist, 1985, p. 33). A mecanização do canavial era apenas uma primeira etapa de uma estratégia de desenvolvimento que sonhava, em seu horizonte final, com uma poderosa indústria siderúrgica cubana, munida de consideráveis reservas de matérias primas: o níquel do Oriente.

Distintas análises da safra de 1970 apresentaram um consenso: a principal causa do fracasso foi industrial. Esse diagnóstico foi feito por Fidel Castro em 19 de maio de 1970 e posteriormente corroborado por diversos estudos e análises (Castro, 19/05/1970). Sergio Roca atribuiu 80% dos equívocos operacionais ao setor industrial e de transporte (o que teria subtraído 1,2 milhão de toneladas da meta) e 20% ao setor agrícola (300.000 toneladas) (Roca, 1976, p. 14, p. 20). David Barkin pensava o mesmo: “um dos fatores fundamentais de estrangulamento foi a inadaptação da indústria, incapaz de tratar efetivamente toda a cana-de-açúcar aproveitável” (1978, p. 44). Julio Díaz Vasquéz, idem:

O que não houve foram as centrais [usinas]. A meta implicava elevar até sessenta milhões de arrobas diárias a capacidade de moenda, para o que eram

⁶ Até hoje, quem for a Cuba notará uma fantástica habilidade dos cidadãos com consertos de toda sorte de máquinas, motores, geladeiras, refrigeradores, bens de consumo duráveis em geral. Na ausência da reposição fácil, típica da sociedade de consumo, desenvolveu-se um sofisticado conhecimento popular sobre “restauros”. Lá, a obsolescência planejada encontra adversários competentes e obstinados.

⁷ Para David Barkin: “o grande êxodo de trabalhadores qualificados e de profissionais de todos os ramos que se efetuou, na medida em que avançava a revolução, contribuiu para a diminuição da produtividade e agudizou a necessidade de investir grandes proporções de todos os recursos em educar a população” (1978, p. 111).

necessárias a reconstrução e ampliação de muitas centrais. A indústria não pôde assimilar o programa de desenvolvimento (apud Valdés Paz *et alii*, 2012, p. 71).

Segundo tais balanços, a colheita da cana alcançou suas metas parciais a despeito da não mecanização dos canaviais, garantida a partir de uma controversa mobilização nacional de trabalho voluntário⁸. Contraditoriamente, emancipar a cidadania do trabalho manual pesado constituía uma das buscas do socialismo cubano, porém a estratégia empregada para alcançar tal emancipação gerou a necessidade de que o trabalho manual pesado fosse assumido por todos e sem remuneração.

No elo agrário da produção, a dependência tecnológica se fazia sentir. Quando a tarefa da mecanização da colheita de cana em Cuba se tornou um imperativo do desenvolvimento econômico e social, percebeu-se que era um desafio maior do que o imaginado. Para que fossem funcionais, as colheitadeiras agrícolas careciam de “design personalizado” (*custome design*). Então, Cuba precisaria deslocar investimentos que viabilizassem uma experiência produtiva local; encontrar matrizes tecnológicas em outros países que lhe servissem de base, driblando o bloqueio; iniciar um processo de tentativa e erro; criar capacidade tecnológica e/ou condições de desenho e produção da sua própria máquina internamente; desenvolver a extração de matérias primas ou encontrar uma fonte confiável para importação. A mecanização completa do corte da cana em Cuba fora planejada para 1970. Contudo, diante do entrave da dependência tecnológica, a ilha chegou ao ano de 1981 com apenas metade da colheita parcialmente mecanizada. Ou seja, completar o processo exigia décadas de investimentos, experiências e ajustes (Edquist, 1985, p. 38).

Além de escancarar a dependência tecnológica e arrochar a produtividade cubana ao longo das décadas, o bloqueio prejudicou diversos outros aspectos da vida na ilha: dificultou a assistência logística e médica emergencial durante catástrofes naturais (como no ciclone Flora), impediu a entrada de medicamentos e equipamentos de saúde, separou famílias, obstruiu a entrada de dólares, além de gerar um amplo isolamento econômico que limitou a diversificação dos destinos comerciais, inclusive entre Cuba e seus próprios vizinhos, no período em que o alinhamento de muitos governos latino-americanos às condições do USAID

⁸ Foram mobilizados mais de 1,2 milhão de trabalhadores voluntários para corte de cana em 1969 e 1970, correspondendo a cerca de 60% dos cortadores da safra (Roca, 1976, pp. 18-19, 46). Contudo, alguns especialistas alegam que o trabalho voluntário possuía tão baixa produtividade que sequer pagava seus próprios custos de deslocamento, moradia e alimentação (Silverman, 1978, p. 178; Roca, 1976, p. 47, Valdés Paz, 2012; Travieso, 2012).

era quase automático⁹. Ao fim e ao cabo, o governo cubano calculou que o bloqueio dos Estados Unidos lhes teria custado cerca de 236,2 bilhões de dólares até 2008 (García, 2011, p. 36). Mas para além das buscas artesanais de autonomia tecnológica interna, Cuba também angariou considerável ajuda externa, a partir de sua nova inserção econômica internacional.

5. Cuba e União Soviética: revolução insertada

Durante três décadas, o governo cubano apostou nas vantagens conjunturais da inserção ao bloco soviético. Não existiam muitas opções disponíveis. A especificidade geopolítica cubana do período de 1960 a 1990 foi definida pelo salvadorenho-palestino Shafick Handal com a noção de “revolução insertada”¹⁰. Segundo essa interpretação, os golpes militares ocorridos na América Latina após 1959 configuraram um entorno regional tremendamente hostil à ilha, que ameaçava a sobrevivência da revolução. A onda repressiva desencadeada em 1954 no Paraguai e na Guatemala foi reforçada em 1964 no Brasil e se espalhou, produzindo uma geração de ditaduras militares de segurança nacional, cujo objetivo primordial seria a eliminação política das esquerdas. Essa “contrarrevolução continental” alterou profundamente os rumos e possibilidades de desenvolvimento da revolução cubana, tanto mais quando o bloqueio econômico estadunidense se propagou pela América Latina. Insertada no entorno hostil, Cuba não teria alternativa a não ser recorrer à ajuda econômica e militar de uma grande potência. A interpretação da revolução insertada, portanto, defende a tese de que não havia possibilidade concreta de sobrevivência do projeto revolucionário cubano, sem que se recorresse à proteção soviética. Por isso, qualquer crítica contra a inserção especializada de Cuba no bloco soviético deveria colocar, do outro lado da balança, a própria existência da revolução.

Em todo caso, foi configurada uma nova relação de dependência externa, marcada pela ausência de diversificação comercial. Tal dependência era contraditória com a proposta de soberania nacional do libertador José Martí, maior referência política e moral para a cúpula revolucionária. As palavras de Martí na Conferência Monetária das Repúblicas da América em 1891 foram citadas por Ernesto Guevara em 8 de agosto de 1961 na reunião do Conselho

⁹ Na ocasião do ciclone Flora em outubro de 1963, Cuba havia permitido que os aviões caça-furacão dos Estados Unidos sobrevoassem a ilha para fornecer informações meteorológicas, mas o governo estadunidense teria ignorado a permissão e, depois, caluniado Cuba por ter supostamente bloqueado o espaço aéreo para missões técnicas (Bell *et alli*, 2011, p. 311)

¹⁰ Quem nos apresentou o termo foi Roberto Regalado, historiador, sociólogo, dirigente e teórico da Cuba contemporânea, especialista em geopolítica, editor da revista *Contexto Latinoamericano* e da *Ocean Sur* (Regalado, 2012).

Interamericano Econômico e Social, a mesma que fundou a Aliança para o Progresso em Punta del Este (Guevara, 2003, p. 3):

Quem diz união económica, diz união política. O povo que compra, manda, O povo que vende, serve. É preciso equilibrar o comércio para assegurar a liberdade. O povo que quer morrer, vende a um só povo, e o que quer salvar-se, vende a mais de um. O influxo excessivo de um país no comércio de outro, se converte em influxo político. (...) O primeiro que faz um povo para dominar outro, é separá-lo dos demais povos. O povo que quer ser livre, seja livre em negócios. Distribua seus negócios entre países igualmente fortes (Martí, 2005, pp. 154-155).

Diante de tal verdade, a direção revolucionária criou justificativas para legitimar tamanho “influxo comercial” soviético sobre a ilha. Assim, intelectuais e dirigentes cubanos elaboraram esboços de teorias econômicas sobre o caráter essencialmente solidário e generoso das “trocas socialistas”, em contraposição às relações neocoloniais que subordinavam a ilha em tempos de capitalismo periférico. De fato, tais teorias se fundamentavam em dados concretos da economia cubana que, desde 1960, passou a receber uma injeção de crédito barato dos soviéticos, entre outras vantagens¹¹.

Em 6 de janeiro de 1961, Che Guevara, então Presidente do Banco Nacional, quando voltou de sua primeira viagem aos países socialistas, aventou a possibilidade de uma inserção econômica justa e equilibrada com o bloco soviético. Para definir tais trocas, lançou a ideia de um “convênio multilateral de pagamentos”, no qual os eventuais desequilíbrios bilaterais se compensariam pela multilateralidade do esquema. Afirmou:

O convênio multilateral de pagamentos que se firmou permite a Cuba jogar um pouco de sua capacidade de vender açúcar, e comprar materiais industriais de importação de todo tipo, nas áreas dos países europeus, e estes compensam entre si as quantidades. Resolve-se tudo com este convênio multilateral¹² (Guevara, 1982, p. 104).

Carlos Romeo, economista chileno que foi assessor do Ministério das Indústrias de Cuba na década de 1960, avançou no mesmo sentido com a categoria de “divisão

¹¹ As vantagens econômicas imediatas de Cuba na relação com os soviéticos se organizavam basicamente em três fluxos de recursos para a ilha: primeiro, nos termos de troca subsidiados, tendo como carros-chefes os preços do açúcar, estáveis e superiores ao mercado mundial, e a venda de petróleo mais barato (CEPAL, 1980, p. 75; Ramos, 2007, p. 577); segundo, os investimentos soviéticos em forças produtivas especialmente voltadas para Cuba (Edquist, 1985, pp. 86, 127; Rodríguez, 1983, p. 471); e terceiro, o crédito barato e permanentemente renegociável, que acobertou os constantes déficits comerciais da ilha durante décadas (Barkin, 1978, pp. 134-5, CEPAL, 1964, p. 280).

¹² Sabe-se que pouco tempo depois, Guevara se tornou um dos mais agudos críticos do modelo econômico soviético dos anos 1960, resistindo fortemente à sua importação por Cuba, sem nunca, contudo, deixar de reconhecer as vantagens imediatas de tal inserção.

internacional do trabalho socialista”. Em 1965, ele definiu as vantagens mútuas de tal arranjo:

Levava-se à prática uma velha ideia, a divisão internacional do trabalho sobre a base da comparação de custos entre diferentes países, e Cuba se integrava na divisão internacional do trabalho socialista. Com efeito, nenhum país socialista poderia competir com Cuba na produção de açúcar (e no caso, nenhum país capitalista), mas, por outro lado, Cuba constituía um mercado para os meios de produção e para os bens de consumo que esses países podiam produzir mais eficientemente. As bases do acordo comercial de longo prazo não só tinham implicações políticas, mas também profundas raízes econômicas e comportavam vantagens mútuas¹³ (Romeo, 1965, p. 8).

Em 1966, o governo cubano afirmou oficialmente que adotara como meta *eliminar* as importações das zonas capitalistas num médio prazo. Ao travar um tipo de troca desigual, com tendência à deterioração dos termos de troca prejudicial a Cuba, o comércio remanescente com a zona capitalista era visto como uma das principais fontes do déficit comercial vivido no país¹⁴.

No mesmo sentido argumentou o dirigente cubano Carlos Rafael Rodríguez. Em entrevista coletiva concedida ao *Washington Post*, *Times Magazine* e *The New York Times* em 20 de junho de 1978, o jornalista John Nordheimer questionou-o sobre, afinal, quando Cuba seria “economicamente independente”, sem ter que “depende da União Soviética”. Ao que Rodríguez respondeu:

Creio que no terreno da economia, não há nenhum país, salvo os Estados Unidos e a União Soviética - por condições específicas: dimensão e riquezas - que seja inteiramente independente no sentido que se está falando. Se exportar 28% da produção e importar mais ou menos o mesmo é uma dependência, então essa dependência afeta a maioria dos países. A dependência econômica que nós denunciemos é a dependência que converte um país em satélite, em súdito de outro país, através de ameaças de suspender o comércio, suspender o financiamento; essa é a essência do imperialismo. Nós acreditamos que o socialismo é em tudo ao contrário (...). Nós não somos a favor de nos tornarmos independentes, mas sim ao contrário, de *aumentar nossa mútua dependência*, aumentar o peso

¹³ Chama a atenção a semelhança entre a “divisão internacional do trabalho socialista” apresentada por Romeo e os argumentos clássicos da teoria das vantagens comparativas de David Ricardo (Emmanuel, 1973). Aprofundar tal tema, porém, exigiria uma digressão teórica que foge ao escopo do artigo.

¹⁴ Registrou o governo cubano: “Ainda que as relações com o campo socialista tenham reduzido a proporções mínimas as necessidades de mercadorias da zona capitalista, há um percentual pequeno, mas apreciável, que ainda subsiste de forma imperativa, pois se trata de importações decisivas para o funcionamento da indústria. *Eliminá-las definitivamente é uma das tarefas do próximo período*. Isso dará uma garantia de estabilidade ao funcionamento da indústria cubana e permitirá ademais dedicar os recursos em divisas capitalistas à aquisição de tecnologias que o país julgue proveitosas na análise da eficiência comparativa. Em suma, pode concluir-se que os problemas atuais relacionados com o desequilíbrio do comércio exterior constituem ainda o mais sério problema estrutural da economia cubana e seu ponto de estrangulamento mais característico, mas é consequência de toda a estrutura deformada do processo produtivo que herdou a Cuba revolucionária” (CUBA, 1966, p. 13, grifo nosso).

específico que tem as economias socialistas, em primeiro lugar a União Soviética, em relação ao comércio externo de Cuba. Por quê? *Porque essa dependência é a única condição em que podemos manter nossa independência* (1983, p. 535, grifo nosso).

A dependência era paradoxal: a União Soviética fornecia recursos imediatos sem os quais as conquistas sociais da revolução cubana não seriam possíveis. Isso gerou a interpretação segundo a qual haveria um equilíbrio justo inerente à divisão internacional do trabalho socialista. Tal interpretação obnubilou a provisoriedade do arranjo geopolítico que dava origem a tais vantagens. A fim de explicar teoricamente os ganhos imediatos, a relação Cuba-URSS foi percebida de modo essencialista, representativa de uma *nova natureza* das trocas entre nações, que somente seria possível dentro de um paradigma não capitalista de relações internacionais.

Mas o circuito de geração de excedente que sustentou Cuba durante tanto tempo não apenas era impulsionado de fora para dentro, como também era movido por determinações geopolíticas provisórias, extra-econômicas e, no limite, ideológicas. Interessava à União Soviética transformar Cuba em um pequeno “paraíso socialista”, criando condições de desenvolvimento contrastantes com o entorno capitalista subdesenvolvido, que sofria com a segregação social, os constrangimentos externos e tantas outras deformações estruturais. O impacto simbólico deste socialismo caribenho constituiria uma ameaça ao controle estadunidense da América Latina.

A sedução que Cuba exerceu sobre a juventude nas décadas de 1960 e 1970, descrita por Hobsbawm, nos ajuda a compreender como sua força internacional advinha de seu significado político simbólico, que tornava possível o sonho de autodeterminação, soberania nacional, poder popular e justiça social¹⁵. Essa capacidade sedutora exercida pela revolução cubana certamente influenciou o governo soviético na custosa aposta para desestabilizar seu inimigo através de uma vitrine dos benefícios do socialismo no hemisfério ocidental. Além disso, há que se destacar que a política soviética para Cuba não era diferente da política de auxílio econômico e militar dos Estados Unidos para seus aliados antissoviéticos no pós Segunda Guerra, especialmente Japão e Alemanha. Como constatou Hobsbawm, o Plano Marshall “assumiu mais a forma de verbas que de empréstimos” (2003, p. 237).

¹⁵ Hobsbawm definiu: “Nenhuma revolução poderia ter sido mais bem projetada para atrair a esquerda do hemisfério ocidental e dos países desenvolvidos, no fim de uma década de conservadorismo global; ou para dar à estratégia da guerrilha melhor publicidade. A revolução cubana era tudo: romance, heroísmo nas montanhas, ex-líderes estudantis com desprendida generosidade de sua juventude – os mais velhos mal tinham passado dos trinta -, um povo exultante, num paraíso turístico tropical pulsando com os ritmos da rumba. E o que era mais: podia ser saudada por toda a esquerda revolucionária” (2003, p. 427).

O Plano Marshall teve origem em 1947, o que significa que menos de um ano depois de lançarem explosivos atômicos sobre Hiroshima e Nagasaki, os Estados Unidos apareceram à porta do Japão oferecendo dólares para sua reconstrução total. Não havia nada de “novo” no auxílio econômico estadunidense direcionado a seus outrora inimigos. O auxílio da União Soviética a Cuba emanava de diferentes princípios ideológicos, contudo não se distanciava muito deste pragmatismo estimulado pela Guerra Fria. Cuba era uma peça estratégica do jogo geopolítico, fortuitamente localizada para desestabilizar a influência estadunidense na região latino-americana, o que lhe dava um poder soberano de negociação muito superior à sua capacidade militar ou econômica. Neste contexto, a interpretação de uma nova natureza econômica solidária estruturante da divisão internacional do trabalho no bloco soviético parece fragilizar-se.

Sendo assim, Cuba teria colhido tanto os prejuízos quanto os benefícios da sua condição de “revolução insertada”: por um lado, não encontrara outra saída que não fosse acoplar-se a uma grande potência que lhe oferecesse proteção militar; por outro, recebeu continuamente um volume de recursos desproporcional às suas forças produtivas, como contrapartida por sua localização geopolítica. Ou, como definiu Florestan Fernandes: “converteram o elemento político em algo instrumental para o elemento econômico” (2007, p. 209). Mas o paradoxo de tal dependência cubana só poderia ser devidamente analisado *a posteriori*, considerando os impactos negativos desencadeados pelo colapso soviético. Regalado definiu este paradoxo de modo claro:

Havia uma relação bastante construtiva (...). Mas sobre essa relação, depois, em análises posteriores, se chegou à conclusão que tinha elementos muito negativos. Porque se, em definitivo, você recebe, recebe e recebe, e não tem que pagar, sua consciência sobre a necessidade das coisas muda. Você diz: ‘acabou o petróleo’ e lhe mandam mais (...). E quando cai a União Soviética, quanto restou sem pagar? O que tínhamos? Tínhamos relações com o Canadá, com alguns países europeus, alguns países da América Latina, mas para estes 15% do que nos faltava. E por isso o golpe é tão duro, 85% de nosso comércio exterior desaba. O Estado cubano assume o golpe, faz um colchão e não o deixa chegar ao cidadão tão brutal como foi (2012).

Neste sentido, apenas um ponto de vista diacrônico contemporâneo permite visualizar a inescapável contradição da dependência de Cuba perante a União Soviética. Ao mesmo tempo em que edificou um novo patamar de desenvolvimento social, educacional, sanitário, esportivo e cultural na ilha (alavancado pelo fluxo de financiamento externo), reduziu a percepção interna de Cuba sobre suas próprias insuficiências, turvou a visão sobre os desafios técnicos e econômicos, adiou a ampliação das bases produtivas para uma relativa autonomia.

Assim, a condição cubana de apêndice econômico especializado dentro de um sistema produtivo maior se perpetuou. Com tantos benefícios econômicos imediatos, as consequências negativas de tal arranjo só foram realmente dimensionadas quando o comércio exterior, elo do desenvolvimento cubano, colapsou junto com a União Soviética.

6. Colapso de 1990

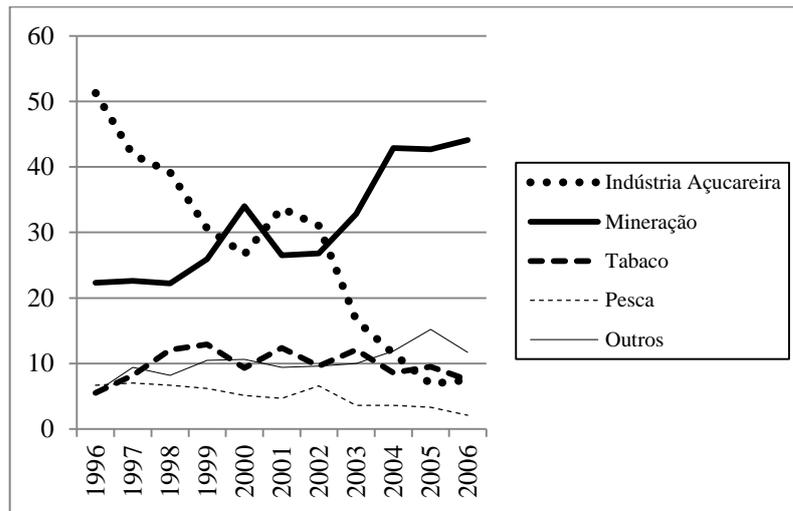
Em 1987, 85% das exportações e importações cubanas eram trocadas com a União Soviética, sendo 75% das vendas nacionais compostas por açúcar. Além disso, 80% do investimento estrangeiro que entrava na ilha era soviético (Lecuona, 2009, p. 215; García, 2011, p. 29). José Martí não aprovaria. Assim o historiador Oscar Lecuona definiu a nova dependência cubana a partir de algumas de suas desvantagens:

O acoplamento ao sistema do chamado socialismo real, sem embargo, não só comportou preços tão vantajosos como alheios à realidade do mercado, mas também a assimilação de tecnologias relativamente atrasadas, a adoção de esquemas de investimentos lentos e custosos, uma marcada dependência do financiamento externo - e a acumulação de uma dispendiosa dívida - assim como a demanda de múltiplos insumos importados para a pouco integrada indústria nacional, cujos produtos, em geral, não correspondiam com os parâmetros mundiais de competitividade (2009, p. 238).

O colapso soviético e a desintegração do Comecon (Conselho para Assistência Econômica Mútua do bloco soviético) desencadeou uma crise profunda no modelo de sociedade cubano. Ao se desmontarem as condições geopolíticas da Guerra Fria, destruiu-se a um só golpe o esquema cubano de geração especializada de excedente. No dia 25 de dezembro de 1991, a União Soviética deixou de existir para se tornar a Comunidade dos Estados Independentes (CEI) e nessa ocasião foram rompidos os vínculos e acordos com Cuba (García, 2011, p. 31).

Entre 1989 e 1993, o intercâmbio externo cubano despencou de 13,5 para 3 bilhões de pesos, produzindo uma contração de 35% do PIB. A safra açucareira, que em 1989 tinha superado 8 milhões de toneladas, em 1995 encolhera para 3 milhões (Lecuona, 2009, p. 238). Não tendo superado o caráter primário-exportador, o socialismo cubano mostrou-se altamente vulnerável. Como bem perguntou Jean-Paul Sartre na década de 1960: “edificar sobre o açúcar é melhor do que edificar sobre a areia?” (apud Galeano, 2004, p. 86).

Entre 1996 e 2006, a pauta de exportações da ilha, um termômetro da vulnerabilidade externa, se modificou como mostra o **gráfico 3** (ONE, 2007, p. 11).

Gráfico 3 - Cuba: pauta de exportações por setor, 1996-2006 (%)

Num primeiro momento, a exportação de níquel e cobalto tomou o lugar do açúcar como carro-chefe exportador. Mas foi insuficiente. Sem excedentes de exportação garantidos e tendo que sustentar uma economia altamente estatizada, o déficit fiscal cubano, historicamente acobertado pela União Soviética, alcançou 33% do PIB e o volume monetário das importações caiu 75% no mesmo período. A crise originou uma considerável queda do bem estar social, inclusive em termos alimentares. Estima-se que a ingestão de calorias e proteínas pela população cubana tenha caído 30%, disseminando doenças de desnutrição, como a neurite óptica e a neuropatia endêmica, resultantes da queima das gorduras protetoras dos nervos (García, 2011, p. 29).

Internamente, o turismo encabeçou um notável crescimento do setor de serviços, que ao longo da década saltou de 49% para 76% do PIB, acompanhado do descenso no setor primário de 22% a 5% do PIB, e do setor industrial, de 29% para 19% do PIB (García, 2011, p. 36).

Nos anos 1990, a obstrução de diversos interlocutores comerciais pelo bloqueio estadunidense atingiu seu aspecto mais perverso. Ao impedir a diversificação do intercâmbio externo, o bloqueio ampliara a vulnerabilidade externa da ilha e perpetuara a dependência que havia sido diagnosticada e criticada por José Martí um século antes. O economista Juan Noyola, durante seu curto período de colaboração com Cuba até sua trágica morte na queda de um avião em 26 de novembro de 1962, defendeu um modelo de integração comercial do Caribe como caminho para a soberania. Para ele, as mercadorias destinadas a Estados Unidos e Europa (povos que “compram” e, dessa forma, “mandam”) deveriam ser redirecionadas ao mercado caribenho (1978, pp. 88, 91). Noyola também apostava na integração econômica de Cuba com países asiáticos e africanos, que em 1967 se coesionaram politicamente por meio

da Organização de Solidariedade dos Povos da África, Ásia e América Latina (OSPAAAL) sem, contudo, formalizar acordos comerciais relevantes (Cervantes; Vasconcelos, 2015). Nas trilhas de Martí, Noyola foi um dos mais insistentes proponentes da “diversificação geográfica do comércio exterior” como estratégia de independência econômica (Noyola, 1961, p. 411). Apesar dos prognósticos e propostas, a diversificação comercial não ocorreu. Para além das dificuldades impostas pelo bloqueio, as vantagens imediatas oferecidas pelos soviéticos acomodaram as estratégias cubanas à especialização e à complementariedade¹⁶.

O colapso do arranjo Cuba-URSS encorajou os Estados Unidos a recrudescer sua agressividade para derrubar o regime cubano. Em 1992, quando as organizações anticastristas da Flórida acreditavam na “inevitável” desintegração do comunismo caribenho, o governo Bush pai sancionou a Lei Torricelli (ou *Cuban Democracy Act*), que reforçava a austeridade das sanções a outros países que se relacionassem com Cuba, proibia que transnacionais com parcela de capital estadunidense estabelecessem qualquer contato com a ilha, ameaçava eventuais violações do bloqueio com punições rigorosas previstas no *Trading With de Enemy Act* (por exemplo, a expropriação de todas as propriedades do violador) e prometia explícita e oficialmente apoio e financiamento para organizações e indivíduos que combatessem Fidel Castro¹⁷.

Quatro anos depois, em 1996, a Lei Helms-Burton (nomeada *Cuban Liberty and Democratic Solidarity Act* ou *Libertad Act*), assinada por Bill Clinton, atribuiu poder exclusivo ao Congresso americano para encerrar o bloqueio contra Cuba. Além disso, foi intensificada a veiculação de propaganda capitalista via sinal de rádio e televisão e preparada uma extensa legislação com regras sobre os valores devidos aos proprietários estadunidenses por suas posses expropriadas desde 1959. No texto da lei, os Estados Unidos determinavam detalhes de uma política de indenizações, calculando as dívidas do governo cubano pelas expropriações e isentando um eventual “novo governo” de algumas delas. Provavelmente, nem um estado americano apegado ao princípio federalista aceitaria tamanha intervenção do

¹⁶ A ideia de um socialismo estruturado sobre a monocultura canavieira se consolidou após o fracasso da safra de 1970, que, paradoxalmente, foi uma sacrificante tentativa de autonomia do modelo econômico cubano. Essa hipótese é discutida no Capítulo 4 da dissertação de mestrado: Autor, *Acumulação socialista em Cuba: a herança da plantation na reforma agrária - 1959 a 1970*. Dissertação de Mestrado, IE/UNICAMP, 2013. Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=000911479> Último acesso: 13 jan.2015

¹⁷ O texto da Lei Torricelli está disponível em: <https://www.congress.gov/bill/102nd-congress/house-bill/5323> Último acesso: 6 jan.2015. O *Trading With The Enemy Act* (TWEA) foi assinado em 1917, pelo presidente Woodrow Wilson, em plena guerra mundial. Depois foi emendado e atualizado por vários presidentes ao longo do século XX, inclusive John F. Kennedy, inaugurador do bloqueio. Atualmente, Cuba é o único país para o qual tais punições ainda vigoram, já que recentemente a Coréia do Norte saiu da lista. O texto do TWEA está disponível em: <http://www.treasury.gov/resource-center/sanctions/Documents/twea.pdf> Último acesso: 15 jan.2015

poder central¹⁸.

Na década de 1990, o governo e a justiça estadunidenses deixaram as organizações anticastristas da Flórida absolutamente à vontade para praticar suas ações, entre elas a poderosa Fundação Nacional Cubano-Americana (FNCA), de Jorge Mas Canosa, a *Hermanos al Rescate*, liderada por José Basulto, entre outras¹⁹. O radicalismo de Luis Posada Carriles e Orlando Bosch, mandantes do atentado de 1976 que derrubou o voo civil 455 da Cubana de Aviación, matando 73 pessoas no trajeto de Barbados à Jamaica, lhes servia de inspiração. Durante os anos 1990, em apenas cinco anos, tais organizações executaram mais de uma centena e meia de atentados terroristas, com objetivo de fomentar insegurança e medo para afastar turistas. Entre os ataques, foram postas bombas em banheiros de hotéis, realizados fuzilamentos em praias movimentadas, pulverizadas pragas em lavouras com aviões estadunidenses, que recorrentemente invadiam o espaço aéreo da ilha e interferiam nas torres de transmissão de Havana. O terrorismo das organizações anticastristas da Flórida foi fartamente documentado pela Operação Vespa, uma ação de contraespionagem posta em prática em dezembro de 1990 pelo governo cubano. Os integrantes da operação se infiltraram em organizações anticastristas da elite cubano-americana da Flórida - entre eles, os “cinco heróis” cubanos, presos em 1998²⁰.

O governo cubano criou o eufemismo “período especial” para designar os anos em que a economia cubana praticamente se desintegrou, encontrando inicialmente no turismo e na mineração uma boia de salvação. O sintoma mais agudo da crise foi a rápida deterioração cambial. Entre 1990 e 1994, a válvula de equilíbrio cambial representada pelo crédito soviético desapareceu, gerando uma descontrolada desvalorização. Em 1990, o dólar valia 7 pesos e em 1994 alcançou 120. Para domar o câmbio, o governo criou um importante mecanismo de defesa econômica: a duplicidade monetária (Álvarez, 2014; García, 2011, p.

¹⁸ O texto integral da Lei Helms-Burton pode ser acessado em: <http://www.treasury.gov/resource-center/sanctions/Documents/libertad.pdf> Último acesso: 12 jan.2015

¹⁹ As quase 50 organizações anticastristas da Flórida criaram o Comitê de Ação Política, uma ONG para financiamento eleitoral que chegou a doar mais de 10 milhões de dólares para aproximadamente 400 candidatos à Câmara Federal e ao Senado (Morais, 2011, p. 32).

²⁰ Os cinco foram encarcerados sob a acusação de espionagem contra o governo estadunidense, assassinato, derrubada do avião da *Hermanos al Rescate* em 1996 dentro do território aéreo cubano, entre outras ações qualificadas de “terroristas”. Para René González, um dos cinco, o processo contra eles se configurou como uma vingança política, baseada em versões mentirosas e falsas testemunhas (González, 2014). Existem evidências de que a Operação Vespa preveniu uma série de atentados terroristas contra civis cubanos e estrangeiros. Os cinco cubanos foram libertados separadamente em maio de 2013 (René González), fevereiro de 2014 (Fernando González) e janeiro de 2015 (Gerardo Hernández, Ramón Labañino e Antonio Guerrero). Outros seis membros da rede optaram pela delação premiada e vivem sob o programa de proteção à testemunha do FBI. Os membros restantes regressaram a Cuba antes do desmonte da operação. Para conhecer melhor a história dos cinco cubanos, é indispensável a leitura de *Os últimos soldados da Guerra Fria*, de Fernando Morais (2011).

40).

Com a instituição das Casas de Câmbio oficiais (CADECA) em 1994, foi inaugurada a circulação simultânea de CUC, pesos convertíveis fixados em paridade com o dólar, e CUP, a *moneda nacional*, com valor fixado entre 20 e 25 pesos por dólar. A dupla moeda respondia a um duplo objetivo. Por um lado, era necessário conter discricionariamente a derrocada da moeda cubana no mercado mundial, criar meios de pagamento internacional e atrair o investimento estrangeiro com alguma oferta de rentabilidade. Por outro, não havia recursos suficientes para superar a política de baixos salários e alinhar a economia interna aos patamares cambiais externos²¹. A dupla moeda serviu como uma barreira de contenção entre as flutuações do dólar e a vulnerabilidade da economia cubana.

Nesse período, o turismo teve sua rentabilidade multiplicada pela absorção de CUC. Em substituição à venda de açúcar a preços inflacionados, a fronteira econômica CUC-CUP se tornou o principal espaço de obtenção de divisas desse novo período. Inicialmente, o Estado se propôs a ser o controlador máximo dessa fronteira, por meio da CADECA e do controle estatal do turismo. A CADECA se encarregava de conter as divisas obtidas com o turismo e executar o sistema de conversão para pagamentos da imensa massa de funcionários públicos. Pela atração que a divisa passou a exercer nas fronteiras internas da economia cubana, cada vez mais visíveis pelo aumento do fluxo de turistas, o câmbio paralelo também se disseminou.

Ao perder o financiamento externo garantido pela União Soviética, a renegociação de dívidas passou a ser um tema mais preocupante, que comprometeu as políticas sociais da revolução. Endividado, o governo cubano buscou pagar parcelas atrasadas e renegociar suas dívidas, sobretudo com China, Japão e Vietnã, seus principais credores por fora da CEI (García, 2011, p. 40). Sendo assim, Cuba atravessou uma austeridade fiscal que impactou diretamente seus indicadores sociais. Segundo José Luiz Rodríguez García, economista e parlamentar cubano: “embora não exista uma medição precisa do coeficiente de Gini desses anos, tudo indica que esse passou de 0,22, antes de 1990, em torno de 0,40, ao longo da década de 1990” (García, 2011, p. 40), refletindo um duro ajuste das políticas sociais. A *libreta* criada nos anos 1960, uma cesta básica mensal que a população recebia do Estado, foi reduzida de aproximadamente 50 produtos para menos de 10. Conforme o tempo passava, cada vez mais produtos de necessidade básica apareciam vendidos em divisas no mercado

²¹ A política de baixos salários foi uma constante na economia cubana, iniciada ainda em 1960, quando setores do governo defendiam a desmonetização da sociedade e a remuneração coletiva do trabalho como pilares da construção do socialismo. Para além dos argumentos ideológicos, a necessidade de investimentos em bens de capital e garantia estatal do bem estar social absorviam grande montante de recursos, reduzindo as margens salariais ao mínimo por um imperativo (também) econômico (Barkin, 1976, p. 216; Rodríguez, 1983, pp. 422, 456; Silverman, 1978, p. 158).

interno, dificultando sua aquisição pela maioria da população, constituída por assalariados estatais. Com isso, dois fenômenos simultâneos se fortaleceram: por um lado, a ampliação dos contrabandos de bens de consumo cotidianos (sabonetes, canetas, calça jeans, eletrônicos em geral) e, por outro, a busca crescente por novas atividades profissionais que permitissem o aproveitamento privado do diferencial CUC-CUP.

Apesar de tantas dificuldades, o governo se manteve em pé. Talvez porque as contradições internas à sociedade cubana não fossem maiores do que uma consciência coletiva a respeito das dificuldades da condição neocolonial e do papel deletério desempenhado pelo imperialismo, no passado e no presente. Embora existam importantes críticas contra o regime político da ilha, especialmente sobre o autoritarismo e o estado policial, como explicar que uma parcela considerável da população tenha apostado em “saídas internas” à crise? É provável que tal parcela possua argumentos históricos concretos para preferir que o Partido Comunista dirija as mudanças. O que não significaria uma simples adesão automática ao governo, mas sim um temor latente sobre a correlação de forças Cuba-EUA, que teria sustentado a hegemonia castrista durante os difíceis anos 1990.

Na virada do século, porém, a revolução cubana talvez tenha deixado de ser “insertada”. Em 1959, Fidel Castro fracassou na tentativa de comprar petróleo da Venezuela, então governada por Rómulo Betancourt (Feinsilver, 2008, p. 3). Cinco décadas depois, o bolivarianismo lhe estendeu a mão, desafogando a economia da ilha.

7. Cuba e Venezuela: integração periférica

Cuba conquistou alento em 1999, com a eleição da esquerda na Venezuela. Em 2001, Fidel Castro e Hugo Chávez formalizaram uma ampla aliança política com o *Convênio Integral de Colaboração entre Cuba e Venezuela*. O pilar sustentador do acordo foi a troca de médicos cubanos e educação médica por petróleo venezuelano. Desde os anos 1970, o número de médicos formados em Cuba foi muito superior à necessidade interna da ilha, para servirem em zonas de alta vulnerabilidade social ao redor do mundo²².

Recentemente, Rodríguez García destacou a projeção internacional das políticas sociais da ilha:

²² Entre 1960 e 2008, 113.585 profissionais de saúde cubanos realizaram missões internacionais em 103 países. As missões foram realizadas tanto em regiões pobres de países capitalistas periféricos, quanto em países que viveram catástrofes naturais e humanas (terremotos, tsunamis e desastres nucleares como Chernobyl). Em 2005, Cuba ofereceu aos Estados Unidos 1000 médicos para atuarem nas regiões atingidas pelo furacão Katrina, mas a administração de George Bush recusou, gerando grande constrangimento internacional (Feinsilver, 2008, p. 12).

Cuba tem o menor índice de habitantes por médico do mundo, junto com a maior densidade de professores por habitante e um dos mais baixos índices de desemprego do planeta. As modestas conquistas atingidas por Cuba, por sua vez, foram compartilhadas com 160 países entre 1960 e 2008, por 271 mil trabalhadores civis, que estenderam sua solidariedade para melhorar as precárias condições de vida de outros povos do Terceiro Mundo, basicamente nas áreas de saúde e ensino (García, 2011, p. 36).

A socióloga estadunidense Julie Feinsilver atestou que, em 2006, apesar da crise, a ilha alcançou o recorde de um médico a cada 158 habitantes, índice inédito no mundo (Feinsilver, 2008, p. 3). Feinsilver considera que a diplomacia médica do governo cubano, em vigor desde os anos 1960, teria sido responsável por conferir-lhe um aporte de capital econômico e simbólico. Analisa, por exemplo, que a diplomacia médica contribuiu decisivamente para que, nos últimos 20 anos, a Assembleia Geral da ONU repudiasse oficialmente o bloqueio estadunidense quase por unanimidade²³. Após quatro décadas de missões internacionais, o convênio com a Venezuela em 2001 originou a maior experiência da diplomacia médica da história cubana.

A política mais importante do Convênio foi a missão *Barrio Adentro*, mutirões de atendimento médico gratuito nas periferias da Venezuela. Por esta missão, entre 2003 e 2008, os venezuelanos obtiveram 439 milhões de consultas médicas, recepcionaram 30 mil médicos cubanos, viram a construção de 6 mil consultórios em bairro carentes, além de 600 salas de reabilitação integral e 35 centros de alta tecnologia espalhados pelo território. Outra parte do acordo se referia à educação médica: Cuba se responsabilizou pela capacitação de 40 mil médicos e 5 mil profissionais de saúde venezuelanos em um programa de formação na Venezuela, além de fornecer 10 mil bolsa de estudos para formação de médicos venezuelanos na *Latin American Medical School* (ELAM) em Havana, que em 2005 formou sua primeira turma.

Em 2008, já eram 10 mil estrangeiros estudando medicina e outros cursos de saúde na ilha, todos com o compromisso formal de exercer sua profissão em regiões vulneráveis e periféricas de seus países (Feinsilver, 2008, p. 10). Foi criada também a missão Milagre, pela qual, entre 2005 e 2009, médicos cubanos realizaram 100 mil cirurgias oftalmológicas gratuitas à população venezuelana. Por fim, Cuba ofereceu professores para o programa de alfabetização *Yo si puedo* que, em 2005, fez da Venezuela o 2º país livre do analfabetismo na América Latina, 44 anos após Cuba ter comemorado essa conquista em primeiro lugar

²³ Somente Israel, Palau e Ilhas Marshall votaram junto aos Estados Unidos pela manutenção do bloqueio (Feinsilver, 2008, p. 13).

(Feinsilver, 2008, p. 4-5).

Em contrapartida, o acordo previa que a Venezuela fornecesse 53 mil barris de petróleo por dia a Cuba em troca do pacote fixo de produtos e serviços cubanos. O número de barris se referenciou no preço do mercado em 2001. No entanto, o acordo previa a ausência de reajustes, protegendo a ilha das flutuações especulativas ciclicamente induzidas pela OPEP. Na última década, o subsídio venezuelano foi ampliado, uma vez que os preços do petróleo atravessaram uma conjuntura altista, sem alteração do acordo (Feinsilver, 2008, p. 4-5). No começo do século, o convênio tirou Cuba de uma situação de emergência energética: em 2004, as mais importantes usinas termoeletricas da ilha sofreram um colapso devido à obsolescência tecnológica. Estavam à beira do desabastecimento (García, 2011, p. 34).

Atualmente, Cuba produz 60 mil barris de petróleo pesado por dia e 20 mil barris equivalente de gás natural, somando 4 milhões de toneladas, o que corresponde a pouco menos da metade de suas necessidades. A energia, como se sabe, sempre foi o calcanhar de Aquiles do socialismo cubano, acentuando sua dependência externa histórica. Mais recentemente, em 2008, geólogos e especialistas internacionais estimaram que Cuba poderia encontrar 5 a 9 bilhões de barris em seu território do Golfo do México. O governo já trabalhou com a perspectiva de 20 bilhões. Apesar do otimismo, a prospecção que poderia dar fôlego à economia cubana ainda não encontrou campos com viabilidade comercial. A russa Gazpromneft, a PC Gulf da Malásia e a espanhola Repsol já perfuraram poços secos ou quase secos e se retiraram em 2012. A PDVSA, estatal venezuelana, ainda persiste na busca, mesmo tendo fracassado em algumas perfurações²⁴ (Valor Econômico, 2012; Opera Mundi, 2012).

A partir de 2001, a Venezuela chavista passou a ser o parceiro econômico mais importante de Cuba no século XXI. Segundo dos dados da ONE (Oficina Nacional Estatística e Informação da República de Cuba), entre 2006 e 2011, a Venezuela ocupou em média 30% do comércio exterior cubano, alcançando 40% no máximo. Segundo estimou Carmelo Mesa-Lago, na primeira década do século, a troca de médicos por petróleo teria sustentado cerca de 21% do PIB da ilha (apud Bobes, 2011, p. 235). Em 2006, por exemplo, 28% do total das receitas de exportação da ilha foram obtidas em troca de médicos, somando 2,3 bilhões de dólares, valor maior do que a exportação de níquel, cobalto e a receita do turismo (Feinsilver, 2008, p. 13).

Apesar disso, o comércio Cuba-Venezuela chegou apenas à metade da importância

²⁴ Estendendo sua política de subsídios, a Venezuela lidera o Acordo de Cooperação Energética assinado em 29 de junho de 2005 por 14 países do Caribe. Foi criada a Petrocaribe, uma articulação que visa atenuar assimetrias de recursos energéticos entre países da região, protegendo os preços do petróleo da especulação por meio de subsídios de empresas estatais (Granma, s/d).

relativa dos outrora 80% ou mais que representaram a União Soviética ou Estados Unidos na pauta de exportações cubanas. Ao compararmos o padrão histórico de inserção externa da ilha, é possível afirmar que neste século ocorreu uma relativa diversificação do comércio exterior cubano. Seus parceiros comerciais mais relevantes foram Venezuela, China, Espanha, Canadá e, mais recentemente, o Brasil, e os próprios Estados Unidos, como podemos ver na **Tabela 2** (CUBA, 2012).

Tabela 2 - Comércio Exterior Cubano - 2006 a 2011														
	2006		2007		2008		2009		2010		2011		TOTAL	
	Milhões de pesos	%												
Venezuela	2.641,2	21,4	2.693,6	19,7	4.887,0	27,5	3.135,5	26,7	6.018,6	39,7	8.334,5	41,8	27.710,5	30,6
China	1.815,1	14,7	2.446,4	17,9	2.157,9	12,1	1.687,5	14,4	1.903,8	12,6	2.067,9	10,4	12.078,7	13,3
Espanha	1.016,5	8,2	1.154,8	8,4	1.427,3	8,0	906,3	7,7	946,1	6,2	1.185,1	5,9	6.636,2	7,3
Canadá	896,9	7,3	1.399,7	10,2	1.412,4	7,9	741,3	6,3	935,4	6,2	1.198,0	6,0	6.583,9	7,3
EUA	483,5	3,9	581,6	4,3	962,7	5,4	598,2	5,1	406,2	2,7	431,0	2,2	3.463,4	3,8
Brasil	453,0	3,7	446,4	3,3	641,8	3,6	570,9	4,9	502,2	3,3	725,2	3,6	3.339,5	3,7
Países Baixos	855.977	6,9	526.599	3,9	386.208	2,2	306.104	2,6	414.416	2,7	729.378	3,7	3.218.682	3,6
Alemanha	639.876	5,2	395.989	2,9	404.658	2,3	308.981	2,6	297.663	2,0	56.309	0,3	2.103.475	2,3
Itália	434.481	3,5	415.196	3,0	552.023	3,1	353.263	3,0	330.230	2,2	439.553	2,2	2.524.746	2,8
Argélia	229.839	1,9	234.349	1,7	248.131	1,4	170.613	1,5	214.139	1,4	320.112	1,6	1.417.183	1,6

Fonte: ONE, Oficina Nacional de Estadística e Información, República de Cuba.

A leitura da **tabela 2**, à luz de um olhar diacrônico, chama a atenção. Dentre os séculos XVI e XIX, o monopólio comercial foi a arma mais importantes dos sistemas coloniais ibéricos na América. Com Cuba não foi diferente, ao não ser pelo fato de que o monopólio colonial foi encerrado antes do domínio hispânico do território, quando em 1818 a Espanha permitiu que a ilha realizasse contato comercial com os Estados Unidos (Fernandes, 2007, pp. 65-86). Ao longo de quase todo o século XX, 60% a 80% do comércio exterior cubano se travou com uma única grande potência (ora EUA, ora URSS), que lhe fornecia as importações essenciais e lhe garantia o mercado preferencial de açúcar. No século XXI, porém, um quadro completamente novo se abriu. Como vemos, apesar da acentuada predominância venezuelana, entre 2006 e 2011, cerca de 75% do comércio exterior cubano foi realizado com 10 países. Apesar da persistente dependência externa, sobretudo energética, nos últimos anos Cuba deu passos no sentido da diversificação comercial. Sem dúvida, a situação geopolítica mundial pós-Guerra Fria, na qual a competitividade Estados Unidos/China e União Europeia/Rússia se acentuam gradativamente dentro de um quadro de multipolaridade, conduziu a possibilidade

da mudança.

E, no entanto, a vulnerabilidade externa cubana permanece presente. Como constatou Rodríguez García:

Apesar de a economia cubana ter conseguido maiores ritmos de crescimento entre 2004 e 2007, os planos anuais continuaram apresentando importantes déficits em divisas conversíveis. Essa situação se agravou para Cuba nos últimos anos, na medida em que os preços dos alimentos, das matérias-primas e do petróleo aumentaram rapidamente. Só no ano de 2008, em razão do aumento de preços dos alimentos no mercado mundial, Cuba pagou 840 milhões de dólares em excesso por eles (García, 2011, p. 34).

Se durante todo o século XX a ilha se acoplou a potências dotadas das maiores indústrias bélicas do planeta, esta é a primeira vez da história cubana que seu principal parceiro comercial é um país de capitalismo periférico, também vulnerável a flutuações ditadas por gigantes petrolíferas. A vulnerabilidade externa da própria Venezuela não permite que o governo cubano se acomode por muito tempo no novo arranjo.

Um exemplo da fragilidade venezuelana é a recente guerra comercial que a prejudica. Em seis meses, entre julho de 2014 e janeiro de 2015, o preço do petróleo despencou de 105 para 50 dólares o barril, devido a uma aparente tentativa de *dumping* encabeçada pelo governo saudita. A Venezuela careceria de um barril 151 dólares para sustentar seu equilíbrio fiscal, considerando que atualmente possui magras reservas de 21 bilhões de dólares, ampliando as chances de uma moratória de sua dívida externa (Costa, 2015, p. 24-27). Ou seja, o bolivarianismo tampouco tem margens de manobra suficientemente amplas para permanecer subsidiando seu Convênio com Cuba por muito tempo, sobretudo considerando que Nicolás Maduro enfrenta um referendo revogatório em 2016. A Venezuela, afinal, também possui uma economia excessivamente especializada e alicerçada em um único recurso natural e as flutuações do preço do barril petrolífero costumam ser decisivas nas disputas político-eleitorais. Nesse sentido, embora tenha havido uma relativa diversificação do comércio exterior se comparado aos padrões históricos da dependência externa cubana, sua atual inserção ainda é bastante vulnerável e não garante uma soberania nacional completa.

É digno de nota, na **tabela 2**, o volume monetário das trocas entre Cuba e Estados Unidos em plena vigência do bloqueio. Tais trocas não se resumem às conhecidas remessas de dólares de cubanos para seus parentes da ilha. Pouco se falou sobre isso após o dia 17 de dezembro de 2014: uma minúscula brecha no bloqueio havia sido criada em 2000, no ocaso da administração de Bill Clinton, sob o mesmo governo que delegou unicamente ao Congresso a autoridade para alargá-la.

8. Cuba e Estados Unidos no século XXI: distensão?

Em 2000, os Estados Unidos aprovaram o *Trade Sanctions Reform and Export Enhancement Act* (TSRA) ou Decreto da Reforma das Sanções Comerciais e Aumento de Exportações²⁵. Assinado no ocaso da administração Bill Clinton, o decreto regulamentou a venda de alimentos, bebidas, *commodities* e medicamentos para países que os Estados Unidos consideravam comandados por organizações terroristas (entre eles, Cuba, Irã, Afeganistão, Coreia do Norte, Líbia e Sudão). A lei determinou que as empresas interessadas em vender estas mercadorias a Cuba deveriam pedir autorização à Casa Branca e, caso aprovadas, obteriam uma licença de 12 meses para realizar as trocas. As exportações permitidas pelo TSRA devem ser pagas por Cuba obrigatoriamente em dinheiro e adiantado, não sendo permitido o financiamento de tais compras por nenhuma pessoa física ou jurídica. Novamente, quaisquer violações às regras ficariam sujeitas ao *Trade With de Enemy Act*. Para além deste comércio restritivo, nenhuma outra exportação de mercadorias ou crédito dos Estados Unidos seria permitida a tais países.

Para Cuba foram autorizadas exportações de alimentos, *commodities* agrícolas e bebidas, mantendo a proibição para medicamentos e tecnologias de saúde (Kavulich, 2015, p. 1). O valor dos produtos exportados dos Estados Unidos a Cuba autorizados pelo TSRA entre 2001 e 2014 consta na **tabela 3**.

Tabela 3 - Exportações dos EUA para Cuba baseado no TSRA (em dólares de nov./2014)			
2001 ^a	4.318.906	2008	710.086.323
2002	138.634.784	2009	528.482.955
2003	256.901.471	2010	366.467.782
2004	391.990.382	2011	358.457.389
2005	350.218.040	2012	457.318.357
2006	340.433.443	2013	348.747.293
2007	437.564.824	2014 ^b	266.039.17
Total		4.955.661.065	
Fonte: <i>U.S.-Cuba Trade & Economic Council, Inc.</i> (Kavulich, 2015, p.1)			
^a Só dezembro, primeira venda sob o TSRA; ^b Janeiro a Novembro.			

As importações de produtos cubanos ou parcialmente cubanos permaneceram inteiramente bloqueadas. Em 2013, o intercâmbio externo dos Estados Unidos se aproximou

²⁵ O texto integral do TSRA está disponível em: <http://www.treasury.gov/resource-center/sanctions/Documents/tsra.pdf> Último acesso: 18 Jan.2016

de 3,9 trilhões de dólares. Ou seja, em termos econômicos relativos, a pequena abertura criada pelo TSRA é irrisória para os Estados Unidos, mas suficiente para colocá-lo a frente do Brasil nas trocas com Cuba. Além disso, os empresários do agronegócio estadunidense têm exercido pressão para ampliar esse canal exportador que, no entanto, permanece quase invisível e silenciado (Santoro, 2010, p. 136).

Sobretudo por conta da Lei Helms-Burton, o fim do bloqueio não é um dado imediato da atual conjuntura. Muitas negociações ainda devem ser feitas para um resultado dessa dimensão. Com as duas casas do Congresso estadunidense controladas por republicanos pelos próximos dois anos, é mais possível que a distensão ocorra por meio da abertura gradual de pequenas exceções controladas pela Casa Branca, que possam diluir o bloqueio sem formalmente encerrá-lo. Os acordos iniciais contemplaram inicialmente a abertura de uma embaixada estadunidense em Havana, a revisão pela Casa Branca do *status* de Cuba como nação que patrocina o terrorismo, a ampliação do limite de remessas de dólares à ilha, além de diálogos sobre cooperação econômica, abertura ao turismo, comércio e telecomunicações. Com isso, a Casa Branca deu sinais de abandonar a política da Lei Torricelli.

A caminho de uma distensão mais pública, em janeiro de 2015, foi permitido em Cuba o uso de cartões de crédito estadunidenses. O secretário do Federal Reserve, Jacob Lew, explicitou suas intenções: “o anúncio nos coloca um passo mais perto de substituir políticas ultrapassadas que não funcionaram e estabelecer uma política que ajude a promover as liberdades econômicas e políticas para o povo cubano” (apud Estado de S. Paulo, 2015). Há que se considerar que a nova estratégia de aproximação corresponde não só a um novo horizonte de negócios, como também uma rota alternativa para se alcançar os mesmos fins: recuperar a velha influência estadunidense sobre a ilha.

A entrada de novos bens de consumo e meios de pagamento em Cuba, especialmente tecnologias de informação e crédito, ao mesmo tempo em que é aguardada por grande parte da população, carrega consigo ingredientes culturais distintivos das sociedades de consumo. Tais tecnologias inevitavelmente ampliarão o contato cultural entre os cubanos e o desmedido poder de sedução das mercadorias.

O caso das tecnologias da informação é emblemático. Existe um legítimo desejo de muitos cubanos por usufruir dos benefícios da revolução industrial em curso. Mas como o acesso a tais tecnologias poderia modificar a sociabilidade política da ilha e afetar a estabilidade do governo cubano? Em sociedades capitalistas, os impactos das tecnologias da informação têm sido particularmente ambivalentes. Por um lado, instala-se uma nova “praça pública”, com abertura de novos canais de comunicação em velocidade inédita, o que acelera

as formas de conexão política nas bases sociais. Há um intenso sentimento de liberdade de expressão e enfraquecimento de tabus políticos propagado por tais meios, o que constitui uma marca da subjetividade contemporânea. Por outro lado, o controle e vigilância exercidos por grandes corporações e Estados sobre a vida privada dos cidadãos também se potencializou de maneira inédita. A sensação de liberdade de expressão proporcionada pela virtualidade frequentemente oculta um grande mecanismo de controle social, cujas proporções foram indicadas com o fenômeno do WikiLeaks.

Sendo assim, não se pode afirmar que tais tecnologias por si só alterariam a cultura institucional e as formas de fazer política da ilha. Poderíamos supor que a internet aceleraria a formação de novos mercados e de uma sociedade de consumidores na ilha. Simultaneamente, dentro dos marcos do socialismo, existem setores da sociedade cubana que defendem mudanças de modelo econômico e político com base na pequena propriedade coletiva, na autogestão de cooperativas e no poder integrador das comunidades de bairro. Como tais tecnologias potencializariam esse outro paradigma socialista? E como o governo cubano faria uso destas tecnologias para executar a chamada “vigilância revolucionária”?

Há que se considerar que as tecnologias nunca são “neutras” e são concebidas também tendo como orientação a satisfação de finalidades específicas da sociedade que as produziu. Sobre isso, Celso Furtado formulou:

Se se tem em conta que essa tecnologia não é independente das relações sociais prevaletentes nos países de acumulação avançada, compreende-se que ela se transforme em fator de concentração de renda em países de baixo nível de acumulação e, com frequência, crie incompatibilidade entre a racionalidade ao nível da empresa privada e os objetivos sociais da política de desenvolvimento (...). Falar de difusão ou transmissão de tecnologia é, portanto, um eufemismo, pois o que se está difundindo nesse caso é uma forma de viver, o que implica na desarticulação do sistema de valores preexistentes na sociedade receptora das novas técnicas (1981, pp. 40, 46).

Enfim, a ilha vive novamente um profundo impasse nos marcos da sua persistente dependência externa. Precisa de salvaguardas mais certas para seu futuro, considerando as atuais dificuldades venezuelanas e a perda do fôlego bolivariano. Uma abertura maior com os Estados Unidos, além de carregar um sabor de vitória cubana, forneceria bens de consumo intensamente almejados pela população e novas tecnologias para estruturação das bases produtivas da ilha. Porém, o sabor de vitória poderia apenas envernizar as aparências, fazendo reverberar ecos de uma luta política que pertenceu ao século XX, enquanto uma enxurrada de novas mercadorias e capitais deteriora o igualitarismo cubano. Afinal, pode haver impactos negativos dessa eventual abertura, que desencadeiem um processo de “reversão neocolonial”.

As relações comerciais Cuba-EUA são historicamente desiguais, como qualquer relação entre países com diferentes níveis de desenvolvimento tecnológico. Em quais bases, um acordo comercial com tais parceiros seria aceitável a Cuba, isto é, benéfico ao bem estar social da ilha? Por quais motivos, os Estados Unidos teriam interesse em abrir mão de reconquistar as propriedades perdidas com respectivas indenizações? Quais benefícios econômicos e simbólicos os Estados Unidos poderiam extrair dessa nova situação? São algumas perguntas que só poderão ser respondidas com o correr da história.

9. Considerações finais

Medeiros (2008) comparou os processos de transição do socialismo ao capitalismo na Rússia de Gorbachov e na China de Deng Xiaoping, com o intuito de desvendar as causas do fracasso da primeira e do sucesso da segunda na inserção econômica capitalista. Nos anos 1990, o PIB da Rússia caiu 50%. O colapso da União Soviética significou desindustrialização violenta: em seis anos, os meios de produção da Rússia foram solapados. Ao contrário, na China, a transição gradual ao capitalismo significou industrialização sem precedentes e crescimento recorde do PIB, fazendo do país uma peça chave da economia mundial. Comparando a política econômica de Gorbachov e Deng Xiaoping, Medeiros destacou a ortodoxia liberal do primeiro contra o gradualismo planejado do segundo, políticas que originaram dois paradigmas díspares de capitalização de economias estatizadas. Ao contrário de Cuba, porém, Rússia e China são economias de proporções continentais, com vastas reservas de matéria-prima e de mão de obra, tendo historicamente exercido a função de potências regionais.

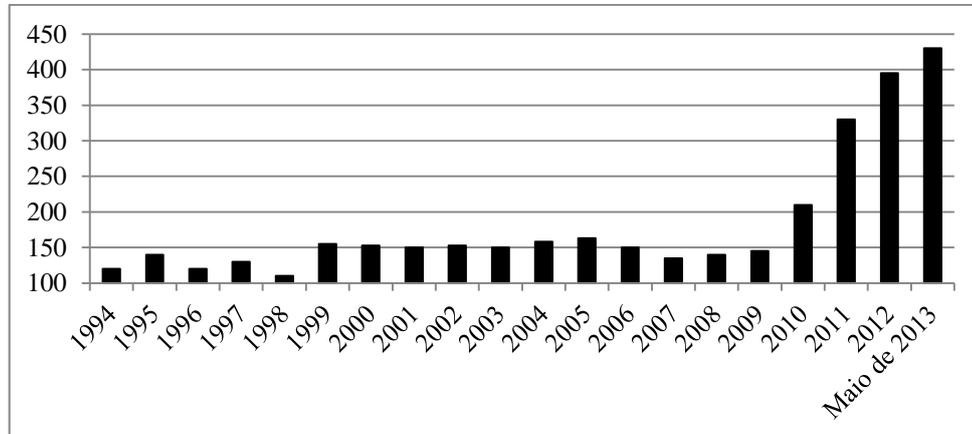
Sem desconsiderar sua condição periférica, ainda assim poderíamos dizer que as possibilidades de futuro para Cuba oscilam entre estes dois extremos: a capacidade de controle estatal sobre o processo de capitalização do país ou o desenfreado assalto privatizante sobre uma economia estatal debilitada. Existem basicamente duas fronteiras para a capitalização de Cuba atualmente em curso: a ampliação da pequena iniciativa privada interna por meio do *cuentapropismo* e a facilitação das condições de investimento estrangeiro com participação do capital monopolista.

A ampliação da iniciativa privada no mercado interno remonta à reforma econômica em curso nos últimos anos. Em abril de 2011, o Congresso do Partido Comunista aprovou os *Lineamientos de la Política Económica y Social del Partido y la Revolución*, documento que registra a flexibilização do mercado interno, permitindo a venda particular de imóveis e

carros, a ampliação do número de trabalhadores que poderiam ser contratados por estabelecimento e um rol de profissões autônomas regulamentadas pelo Estado. O objetivo anunciado com a medida era a demissão de 1,5 milhão de funcionários públicos, ou seja, um franco processo de desestatização da economia. Porém, as demissões foram desaceleradas, uma vez que a alternativa *cuentapropista* aparentemente não poderia absorver o contingente com a mesma velocidade que se queria dispensá-lo. Antes de gerar tanto desemprego, o governo recuou.

O crescimento da pequena iniciativa privada faz parte da oscilação permanente vivida pelo regime cubano, que desde o início do socialismo pendulou entre influxos estatizantes e flexibilizações aos pequenos negócios. Essa fronteira interna de capitalização definitivamente não representa uma ameaça às conquistas sociais da revolução cubana e poderia ser explorada dentro dos marcos dos debates socialistas. Na realidade, frequentemente a flexibilização do excedente privado serviu como medida do governo para reconquistar a população quando esta demandava o aumento do leque das suas possibilidades econômicas, para além do frágil assalariamento oferecido pela economia estatal. O aumento recente desse mercado interno pode ser visualizado no **Gráfico 4** (Feinberg, 2013, p. 6):

Gráfico 4 - Evolução do cuentapropismo, 1994-2013 (em milhares)



Mas além desta, desde os anos 1990, uma nova fronteira de capitalização foi aberta em Cuba: a atração de investimento privado estrangeiro para grandes empreendimentos, com vistas ao aumento da produtividade e geração de empregos não estatais. Aprovada em 1995, a Lei de Investimento Estrangeiro buscava atrair capital para alavancar setores estratégicos, tais como o hoteleiro, a extração de níquel e os recursos energéticos, regulamentados sob uma forma mista de propriedade, na qual as empresas e o Estado cubano compartilhariam ganhos e responsabilidades. Desde então, a participação do capital externo da ilha cresceu muito: em 1990, as empresas estrangeiras atuantes na ilha somavam 20; em 1994 eram 176; em 2002

alcançaram 403 (García, 2011, p. 40).

Recentemente, a participação compulsória do Estado cubano nos consórcios foi dispensada. Em 2014, a lei passou a permitir que as empresas criem canais de investimentos exclusivamente privados, sem participação estatal. Assim, em nome da necessidade de financiamento externo, se ampliaram as margens de lucro privado estrangeiro dentro da economia cubana. Como parte importante dessa fronteira de capitalização, foi oficialmente criada em 2013 a Zona Especial de Desenvolvimento Mariel (ZEDM), que permite condições favoráveis e vantajosas aos capitais externos para grandes projetos de infraestrutura e turismo (CUBA, 2013).

Diante de tal abertura ao investimento externo, uma questão que se coloca é: quanto capital monopolista estrangeiro pode ser incorporado por uma economia que ainda se pretende socialista? O socialismo cubano, nas suas permanentes retificações históricas entre uma maior ou menor flexibilidade para a pequena propriedade privada, até então não havia arriscado tamanha zona de contato com o grande capital estrangeiro. Paradoxalmente, o isolamento gerado pelo bloqueio pode ter criado uma espécie de cordão de segurança ao redor de Cuba em relação às pressões capitalistas externas. Agora, porém, diante da vulnerabilidade bolivariana, o próprio governo está criando novos canais de capitalização, em uma cautelosa aproximação do modelo chinês, ainda perpetuando traços importantes do estatismo. Em 2010, o Partido Comunista de Cuba estabeleceu que: “na atualização do modelo econômico, primará a planificação e não o mercado (...). Nas novas formas de gestão não estatais não se permitirá a concentração da propriedade em pessoas jurídicas ou físicas” (apud García, 2011, p. 41). No entanto, não se pode prever com certeza qual a capacidade do governo para, uma vez abertas as portas, controlar os fluxos financeiros e suas consequências.

Enfim, entre o retorno puro e simples ao capitalismo e a atual situação da economia cubana, existem mediações ainda por construir. Tais mediações possuirão mais ou menos afinidades socialistas conforme o sucesso eleitoral das esquerdas latino-americanas e de acordo com o destino imediato do bolivarianismo. São as esquerdas da América Latina que, à maneira da Venezuela, poderão oferecer maiores margens de soberania política à ilha no processo aberto de distensão com os Estados Unidos. Do contrário, o próprio governo cubano será responsável por criar as sendas por onde entrarão os agentes econômicos de uma potencial reversão neocolonial.

Referências

ACOSTA, José. “Cuba: de la neocolonia a la construcción del socialismo”. **Economía y Desarrollo n° 19**, La Habana, 1973.

ÁLVAREZ, Oneida; *et alii*. CUC y CUP: la doble moneda en circulación en el horizonte. **Revista Temas**, 5 de mayo de 2014.

ARANDA, Sergio, **La revolución agraria en Cuba**. Mexico: Siglo XXI, 1968.

BARKIN, David; MANITZAS, Nita R. (Org.), **Cuba: Camino Abierto**. México: Siglo XXI, 1978

BELL, José; LÓPEZ, Délia L., CARAN, Tania (Orgs.), **Documentos de la Revolución Cubana 1963**. La Habana: Editorial de Ciencias Sociales, 2011.

BOBES, Velia Cecilia. Carmelo Mesa Lago: Cuba en la era de Raúl Castro. Reformas económico-sociales y sus efectos. **Perfil latinoamericano**, vol.21, n° 42, México jul./dez. 2013. Disponível em: http://www.scielo.org.mx/scielo.php?pid=S0188-76532013000200010&script=sci_arttext Último acesso: 17 jan.2016.

CASTRO. Fidel. **Discurso de Fidel Castro no ato de recebimento dos onze pescadores sequestrados, em frente à Embaixada dos Estados Unidos**. Havana, 19/05/1970. Disponível em: <http://www.cuba.cu/gobierno/discursos/1970/esp/f190570e.html> Último acesso: 17 jan.2016.

CEPAL. “La economía cubana en el periodo 1959-1963”. In: **Estudio Económico y Social de América Latina y el Caribe**. Santiago de Chile: CEPAL, 1964.

_____. **Cuba: estilo de desarrollo y políticas sociales**. México, D.F.: Siglo Veintiuno, 1980.

CERVANTES, Lourdes; VASCONCELOS, Joana Salém. Quando o terceiro mundo encontrou-se com o segundo. Roraima: **EXAMÁPAKU - Revista Eletrônica de Ciências Sociais, História e Relações Internacionais**, v. 8, n. 2, 2015 (Entrevista).

COSTA, Antonio Luiz M. O gambito saudita. **Carta Capital**, ano XX, n° 832, p. 24-27, 14/01/2015.

CUBA. **El desarrollo industrial de Cuba - Presentado al Simposio Latinoamericano de industrialización**. Santiago de Chile: CEPAL, mar/1966.

_____. Decreto-Ley n. 313 - “De la Zona Especial de Desarrollo Mariel”. **Gaceta Oficial de la República de Cuba n. 26**, Ministerio de Justicia, Havana, 23 Set. 2013, p. 205-235.

_____. **Cartera de Oportunidades de Inversión Extranjera**. Disponível em: <http://www.granma.cu/especiales/cartera-de-inversion> Último acesso: 17 jan.2016.

DUMONT, René, **Cuba: socialism and development**. New York: Grove, 1970.

EMMANUEL, Arghiri, **A Troca Desigual**. Vol 1. Lisboa: Estampa, 1973.

EUA. **Cuban Democracy Act (Lei Torricelli)**. Disponível em: <https://www.congress.gov/bill/102nd-congress/house-bill/5323> Último acesso: 17 jan.2016.

_____. **Cuban Liberty and Democratic Solidarity (Libertad) Act (Lei Helms-Burton)**. Disponível em: <http://www.treasury.gov/resource-center/sanctions/Documents/libertad.pdf> Último acesso: 17 jan.2016

_____. **Trade Sanctions Reform and Export Enhancement Act of 2000 (TSRA) Program**. Disponível em: <http://www.treasury.gov/resource-center/sanctions/Documents/tsra.pdf> Último acesso: 17 jan.2016

FERNANDES, Florestan, **Da guerrilha ao socialismo – A revolução cubana**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

FEINBERG, Richard, **Aterrisaje suave en Cuba? El surgimiento de los empresarios y de las clases medias**. Foreign Policy - Latin American Association. Nov. 2013

FEINSILVER, Julie. Oil-for-Doctors: Cuban Medical Diplomacy Gets a Little Help From a Venezuelan Friend. **Nueva Sociedad** n. 216, jul-ago, 2008.

FURTADO, Celso. **Pequena Introdução ao Desenvolvimento**. São Paulo: Ed. Nacional, 1981.

GALEANO, Eduardo. **As Veias Abertas da América Latina**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2004.

GARCÍA, José Luis Rodríguez, **Dos ensayos sobre la economía cubana**. La Habana: Editorial de Ciencias Sociales, 1984.

_____. A economia cubana: experiências e perspectivas (1989-2010). **Estud. av.** [online]. 2011, vol.25, n.72, pp. 29-44.

GONZÁLEZ, René, **Foi muito difícil deixar o país e ficar como traidor**. Entrevista à Carta Maior de 26/02/2014. Disponível em: <http://www.cartamaior.com.br/?%2FEditoria%2FInternacional%2FRene-Gonzalez-Foi-muito-dificil-deixar-o-pais-e-ficar-como-traidor-%2F6%2F30352> Último acesso: 17 jan.2016.

GUEVARA, Ernesto, **Textos Econômicos para a transformação do socialismo**, São Paulo: Edições Populares, 1982.

_____. **Punta del Este. Proyecto Alternativo de desarrollo para América Latina**. Nova York/La Habana: Ocean Press/Centro de Estudios Che Guevara, 2003.

HERNANDÉZ, Rafael; DOMÍNGUEZ, Jorge (coord.). **Cuba, la actualización del modelo - Balance y perspectiva de la transición socialista**. La Habana: Ediciones Temas, dez./2013

HOBSBAWM, Eric, *A Era dos Extremos, o breve século XX (1914-1991)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

KAVULICH, John S., **Economic Eye on Cuba**. US-Cuba Trade and Economic Council, Inc. Nova Iorque, 8/01/2015.

LECUONA, Oscar Zanetti, **Economía Azucarera en Cuba**. Havana: Editorial de Ciencias Sociales, 2009.

LE RIVEREND, Julio, **Historia Económica de Cuba**. Barcelona: Ediciones Ariel, 1972.

MARTÍ, José, **Nuestra America**. Caracas: Fundación Biblioteca Ayacucho, 2005.

MEDEIROS, Carlos Aguiar. **A economia política da transição na China e o colapso da União Soviética**. Versão provisória, Seminários, maio.2008. Disponível em: <http://www.ie.ufrj.br/datacenterie/pdfs/seminarios/pesquisa/texto0605.pdf> Último acesso: 17 jan.2016

MORAIS, Fernando. **Os últimos soldados da Guerra Fria** - A história dos agentes secretos infiltrados por Cuba em organizações de extrema direita dos Estados Unidos. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

NOYOLA, Juan, **La economía cubana en los primeros años de la revolución y otros ensayos**. Mexico, D.F.: Siglo Veintiuno, 1978.

ONE (Oficina Nacional de Estadística e Información da República de Cuba). **Números e índices de exportación de mercancías, 1996-2006**, Ago./2007. Disponível em: <http://www.one.cu/publicacionesdigitales/FichaPublicacion.asp?CodPublicacion=2&CodDireccion=7> Último acesso: 17 jan.2016

_____, **Anuario Estadístico de Cuba 2011**, 2012. Disponível em: http://www.one.cu/aec2011/esp/20080618_tabla_cuadro.htm Último acesso: 17 jan.2016.

PERICÁS, Luiz Bernardo, **Che Guevara e o debate econômico em Cuba**. São Paulo: Xamã, 2004.

PINO-SANTOS, Oscar, **Cuba: Historia y Economía**. La Habana: Editorial de Ciencias Sociales, 1983.

REGALADO, Roberto, **Roberto Regalado: entrevista [13 de julho de 2012]**. Entrevistador: autor. La Habana, 2012.

RAMOS, Pedro, “Os mercados de açúcar e a evolução da agroindústria canavieira do Brasil entre 1930 e 1980: do açúcar ao álcool para o mercado interno”. In: **Revista Economia Aplicada**, São Paulo, V. II, N.4, p. 559-585, out-dez/2007.

ROCA, Sergio, “Cuban economic policy and ideology: the ten million ton sugar harvest”. In: **International Studies Series n° 4**. London: Sage Publications, 1976.

RODRÍGUEZ, Carlos Rafael. **Cuba en el tránsito al socialismo (1959-1963)**. Ciudad de México: Siglo XXI, 1978.

_____, **Letra con Filo**. Tomos I y II. La Habana: Editorial de Ciencias Sociales, 1983.

SANTORO, Maurício. Cuba após a Guerra Fria: mudanças econômicas, nova agenda diplomática e o limitado diálogo com os EUA. **Revista brasileira de política internacional**, Brasília, v.53, n.1, Julho/2010. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-73292010000100007&lng=en&nrm=iso. Último acesso: 17 Jan.2016.

SILVA, Marcos Antonio da & JOHNSON, Guillermo A. **O comércio exterior de Cuba no século XXI e a diversificação de parcerias**. Conjuntura Global, Curitiba, Vol. 2, n.2, abr./jun., 2013, p. 45-52

SILVERMAN, Bertram, “Organización económica y conciencia social: algunos dilemas”. In: BARKIN, David; MANITZAS, Nita R. (Org.), **Cuba: Camino Abierto**. México: Siglo XXI, 1978.

TRAVIESO, Julio, **Julio Travieso: entrevista [17 de julho de 2012]**. Entrevistador: Autor. La Habana, 2012.

VALDÉS PAZ, Juan, **Juan Valdés Paz: entrevista [16 de julho de 2012]**. Entrevistador: Autor. La Habana, 2012.

VALDÉS PAZ, Juan; DÍAZ VÁSQUEZ, Julio A.; DÍAZ, Selma, “La Zafra de los diez millones: una mirada retrospectiva”. In: *Revista Temas n.72*, La Habana, Oct-Dec/2012. Autor. **Acumulação socialista em Cuba: a herança da plantation na reforma agrária - 1959 a 1970**. Dissertação de Mestrado, IE/UNICAMP, 2013.

Notícias

BBC BRASIL, **Cuba anuncia reservas de petróleo de 20 bilhões de barris**. Disponível em: http://www.bbc.co.uk/portuguese/reporterbbc/story/2008/10/081017_cuba_petroleo_pu.shtml - 17/10/2008. Último acesso: 17 jan.2016

CUBA DEBATE, **Entran en vigor facilidades para trabajo por cuenta propia en Cuba**. Disponível em: www.cubadebate.cu/noticias/2011/09/10/entran-en-vigor-facilidades-para-trabajo-por-cuenta-propia-en-cuba-gaceta-oficial/ - 10/09/2011. Último acesso: 17 jan.2016

ESTADO DE S. PAULO, **EUA anunciam novas medidas para viagens e comércio**. Disponível em: <http://internacional.estadao.com.br/noticias/geral,eua-anunciam-novas-medidas-para-viagens-e-comercio-com-cuba,1620276> - 15/01/2015. Último acesso: 17 jan.2016

GRANMA, **Petrocaribe**. Disponível em: <http://www.granma.cu/granmad/secciones/petrocaribe/que-es/que-1.html> s/d. Último acesso: 17 jan.2016

OPERA MUNDI, **Venezuela confirma início de prospecção de petróleo em águas cubanas**. Disponível em: <http://operamundi.uol.com.br/conteudo/noticias/24131/venezuela+confirma+inicio+de+prosp+eacao+de+petroleo+em+aguas+cubanas.shtml> - 05/9/12. Último acesso: 17 jan.2016

VALOR ECONÔMICO, **Cuba fracassa em sua terceira tentativa de busca de petróleo.**
Disponível em: <http://www.valor.com.br/internacional/2890368/cuba-fracassa-em-sua-terceira-tentativa-de-busca-de-petroleo> - 02/11/2012. Último acesso: 17 jan.2016